

Relato aponta envolvidos

Secretaria de Serviços Sociais entrega ao governador interino comprovantes de irregularidades

CORREIO BRAZILIENSE · Brasília, sexta-feira, 20 de dezembro de 1985

19

DF

na fraude das invasões

dor interino comprovantes de irregularidades

Está nas mãos do governador interino Guy de Almeida um relatório de mais de cem páginas, que aponta irregularidades e tráfico de influência de pessoas conhecidas da população de Brasília, na distribuição de imóveis nos assentamentos populacionais recentemente implantados no DF. São muitos os implicados no escândalo das invasões.

O relatório, elaborado por uma comissão instituída pela Secretaria de Serviços Sociais, cita nominalmente pessoas de projeção em Brasília, como o deputado Múcio Athayde (PMDB-RO), que teria se beneficiado de um imóvel em Taguatinga, onde instalou seu comitê eleitoral; os ex-administradores de Taguatinga, Benedito Augusto Domingos e Walmir Campelo Bezerra, por favorecimentos a pessoas do seu interesse; Haroldo de Castro, ex-secretário de Serviços Sociais, por favorecer funcionários seus à época na distribuição irregular de casas; o ex-diretor de Administração e Finanças da Fundação do Serviço Social, Cristiano Inácio da Costa Neto e a ex-diretora executiva, Solange da Rosa Schmidt, também por favorecimento.

As denúncias contemplam ainda diversos funcionários do GDF que teriam se beneficiado e a parentes, na obtenção irregular de imóveis, principalmente em Taguatinga.

APURAÇÃO

Foram mais de 90 dias de trabalhos intensos que, às vezes, vararam madrugadas, desenvolvidos por uma comissão integrada por cinco membros que chegaram a receber ameaças de morte. O relatório, ontem concluído, foi entregue pelo secretário de Serviços Sociais, Osmar Alves de Melo, ao governador interino do DF. Nele se constata, por exemplo, que vários fiscais do GDF e servidores da Fundação do Serviço Social e da Shis que trabalham no cadastramento, favoreceram colegas seus da FSS, parentes e amigos. E ainda proprietários de gráficas e casas de materiais de construção, beneficiados com módulos habitacionais, preferindo desta forma inúmeras pessoas carentes cadastradas pelo Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões (Gepafi).

Segundo o presidente da Comissão, Jorge Dirceu Pereira de Souza, cerca de 300 casas situadas na QNL de Taguatinga, do Projeto Promorar, que deveriam estar ocupadas por famílias carentes, estão nas mãos de milionários ou de pessoas que já têm imóveis. Ele comenta que os casos de corrupção e falsificação de documentos foram uma constante e ainda persistem.

O relatório dedica um item ao servidor José Pereira de Almeida, cedido pela FSS à Shis. Ele trabalhou como pesquisador, fazendo levantamento da situação das famílias nas invasões, sendo lotado no Núcleo de Pesquisa do Grupo Executivo para Assentamento de Famílias e Invasões (Gepafi). Ele é acusado de favorecer a não menos do que seis parentes, incluindo pais, irmãos e cunhados. Terezinha Rita de Almeida, Iracema Almeida de Paula, Paulo Pereira de Almeida, Semibaldo Rodrigues dos Santos, Weli Rodrigues dos Santos e Francisco Alves de Oliveira.

Outros 12 funcionários da FSS são citados nominalmente: Gilson Davi dos Reis, Areolino Chaves Marques, Odilon Claro de Moura Filho, Maria do Rosário de Fátima A. da Silva, Aparecida Heliomar de Araújo, Geraldina Bispo da Paz, Erondina Maria da Silva, Nadja Vieira Teixeira, Pedro Pereira, Eunice de Melo Rezende, Maria Aparecida Teodoro, Amélia Rodrigues de Freitas, Maria de Fátima Carvalho, Maria Darcí Lemos, Mauricio Costa Marques e Gilson Moreira.

A comissão recebeu e confirmou, por exemplo, que o imóvel localizado na QNL 22, conjunto F, casa 9, foi invadido e utilizado como comitê político pelo deputado Múcio Athayde. Esse imóvel, ou comitê, está sendo "administrado" ilegalmente pelo cabo eleitoral do deputado Múcio, Antônio Clementino Neto, o Maestro. O relatório aponta que o Maestro promoveu também vendas ilegais de barracos na antiga "invasão" que ficou com o nome de Vila Maestro, em sua homenagem.

O dossier entregue ontem à imprensa contém outros relatos de casos escandalosos, tudo documentado com recibos, fotos, entrevistas e outras informações recebidas da comunidade pela Shis e Centros de Desenvolvimento Social.

E o caso, por exemplo, de Francisco de Assis Baima Britto, funcionário da Construtora Guimarães e Figueiredo. Segundo denúncias da comunidade, Francisco foi o responsável pela organização das chaves dos imóveis, etiquetando-as e entregando aos mudancistas. Isso ocorria depois que os servidores do CDS e da Shis assinavam os documentos, identificando os beneficiados. Segundo as denúncias, Francisco, que passava por servidor da Shis, recebia quantia em dinheiro dos interessados, com a promessa de que conseguiria as casas pretendidas. Ele tinha, ainda, um auxiliar, Vicente Dias de Melo (este com ligações com o Maestro) e era ajudado por um soldado da PM. Francisco atualmente encontra-se foragido e com inquérito policial instaurado na 17ª DP de Taguatinga Norte.

Outro caso escandaloso é o de Pedro Antônio de Freitas. Segundo denúncias da comunidade e de funcionários do CDS, ele possuía um barraco na invasão do Chaparral e seu nome constava nas listas de mudança para o assentamento da QNL. Acontece que Pedro Antônio não morava na invasão e seu

barraco ficava constantemente fechado. Diante disso, foi sugerido que seu nome fosse cortado das listas. Isso, porém, não aconteceu, por intervenção direta do então secretário de Serviços Sociais, Haroldo de Castro Oliveira que, em telefonema à diretora do CDS de Taguatinga, ordenou que guardasse consigo a chave da casa destinada a Pedro Antônio e lhe entregasse em mãos. O seu barraco foi o último a ser demolido na invasão do Chaparral e pouco depois ele recebia um imóvel à QNL 24, Via LN-31, casa 18. Pedro Antônio de Freitas, não é funcionário do GDF. Ele trabalha para um conhecido explorador de aluguéis em cabeças de porco e barracos nas invasões de Taguatinga.

A comissão constatou durante as apurações que existem inúmeros casos de compras, vendas e trocas irregulares de imóveis, sendo que o caso mais comum é a venda do imóvel e permanência no mesmo. Isto é, o comprador, geralmente uma pessoa não carente, fica aguardando a liberação do contrato por parte da Shis. Assim que o promissor comprador é convocado para a assinatura, o "interessado" de fato realiza a quitação do imóvel e assume a posição de proprietário, expulsando a família que o vendeu.

A comissão apurou diversos casos de pessoas proprietárias de inúmeros imóveis que também foram beneficiadas com habitações nos assentamentos realizados. E constatou, ainda, que não há a chamada Garantia Securitária destes imóveis construídos sob a responsabilidade da Shis que, por algum motivo, não atende às normas estabelecidas pelo Banco Nacional da Habitação.

O relatório mostra que o maior número de irregularidades se deu no processo de transferência e ocupação do assentamento populacional da QNL, em Taguatinga. Neste assentamento foram realizadas 285 sindicâncias, com inúmeros casos de ocupantes ausentes, imóveis fechados, vendas ilegais, trocas etc.

Outra série de irregularidades ocorreu na transferência dos chamados casos excedentes da invasão do Chaparral, que somavam um total de 140 famílias. O plano inicial era transferir antes os cadastrados residentes na invasão desde o início e em seguida mudar os excedentes para as casas que restassem. Porém, provavelmente atendendo a pressões da comunidade excedente do Chaparral, o GDF autorizou a mudança de todos os moradores desta invasão. Esse procedimento, segundo o relatório, tratou de maneira particular os excedentes, prejudicando procedimentos posteriores e abrindo um precedente impossível de se repetir aos excedentes das outras invasões.

A supressão do critério de tempo de permanência na invasão, previsto no plano de mudança aprovado pelo ex-governador José Ornelas contribuiu ainda para o favorecimento de muitas famílias que não moravam nas invasões de Taguatinga e gerou uma ocupação em massa da invasão da Boca da Mata no primeiro semestre deste ano.

Por conta disso, a Comissão solicitou à Associação dos Inquilinos de Ceilândia e às Associações de Moradores daquela cidade-satélite que apresentassem denúncias sobre possíveis irregularidades existentes no cadastramento de inquilinos de Ceilândia.

Há denúncias formalizadas pela Associação de Moradores de que vários inquilinos cadastrados são proprietários de lotes na Ceilândia e estão relacionados para recebimento de lotes no Setor "O". Há denúncias ainda que famílias sem dependentes estão convocadas para recebimento de lote, em detrimento de outras com núcleo familiar maior que não foram contempladas. A comissão mostra que desde o último dia 7 a Shis iniciou a convocação de candidatos selecionados para receberem seus lotes no setor "O" Norte. E alerta que, conforme convocação publicada nos jornais, "em caso de denúncia, será suspensa a distribuição do lote para posteriores averiguações".

AUTORITARISMO

Na opinião do Secretário de Serviços Sociais, Osmar Alves de Melo, o maior responsável por essa corrupção é o poder arbitrário de 20 anos que acobertou aquelas atividades. Segundo ele, naquele clima, as pessoas se achavam impunes e as denúncias eram menosprezadas. Ao entregar o relatório da comissão ao governador Guy de Almeida, Osmar pediu a instalação de um inquérito administrativo para apurar os culpados e puni-los.

A punição vai de uma advertência pura e simples à demissão e julgamento no âmbito penal por delitos contra a Administração Pública. O secretário de Serviços Sociais sugeriu, ainda, ao governador que, além das denúncias apuradas, o trabalho de investigação de novos casos tenha sequência.

O relatório apresenta várias sugestões como subsídios ao Governo do Distrito Federal para uma tomada de decisão dentro da política habitacional, algumas delas já encampadas pelo GDF. Propõe, por exemplo, o estabelecimento de critérios para seleção de servidores que vão exercer a fiscalização do GDF; observação das normas do Sistema Financeiro da Habitação; fazer levantamento junto à Secretaria de Finanças e Terracap dos candidatos a lotes no Setor "O" — Expansão; ouvir associações de moradores, sindicatos e organizações comunitárias e definir uma política de emprego e renda para as camadas de baixa renda do DF, entre outros.